

COLEÇÃO ESTUDOS DA ESCOLA MINEIRA DE PROCESSO

Volume 12

Alexandre Ferrer Silva Pereira

# A Efetividade da Tutela Antecipada de Evidência no Estado Democrático de Direito

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2016

Copyright © 2016 by Alexandre Ferrer Silva Pereira

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

P436e Pereira, Alexandre Ferrer Silva.

A efetividade da tutela antecipada de evidência no estado democrático de  
direito / Alexandre Ferrer Silva Pereira. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.  
xii, 188 p. ; 21 cm. - (Estudos da Escola Mineira de Processo ; v. 12).

Bibliografia: p. 157-172.

ISBN 978-85-8440-635-7

1. Tutela antecipada - Brasil. 2. Processo civil - Brasil. 3. Estado de direito -  
Brasil. I. Título. II. Série.

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I - O processo no estado democrático de direito</b> .....	7
1.1 Considerações iniciais .....	7
1.2 Dos fundamentos do Estado Democrático de Direito .....	13
1.3 Da vinculação do processo ao Estado Democrático de Direito .....	18
1.4 Da teoria neoinstitucionalista do processo .....	21
1.4.1 Dos princípios institutivos do processo na teoria neoinstitucionalista do processo.....	25
1.4.2 Dos princípios informativos do processo .....	29
<b>Capítulo II - Da noção de efetividade processual no estado democrático de direito</b> .....	31
2.1 Considerações iniciais.....	31
2.2 Da equivocada concepção de efetividade do processo como devido cumprimento de decisão jurisdicional.....	38
2.3 Da equivocada concepção de efetividade do processo relacionada à celeridade procedimental.....	43
2.4 Da garantia da razoável duração do procedimento e a questão da morosidade judicial .....	52
2.5 Da impossibilidade de o tempo ser um obstáculo à prestação da atividade jurisdicional - O mito dos direitos e das garantias das partes no processo como causa da demora excessiva da prestação da atividade jurisdicional .....	73
2.6 Da efetividade processual no Estado Democrático de Direito.....	82
<b>Capítulo III - A tutela antecipada de evidência</b> .....	87
3.1 Considerações iniciais .....	87
3.2 Da impropriedade terminológica do termo evidência.....	105
3.3 Da questão do abuso do direito de defesa e do manifesto intuito protelatório do réu.....	116
3.4 Da inadequação da forma como os precedentes foram incorporados ao instituto jurídico da tutela antecipada de evidência .....	126
3.5 Da concessão da tutela antecipada de evidência com base em prova documental de contrato de depósito.....	133

3.6 Da tutela antecipada de evidência concedida com base em prova documental dos fatos alegados.....	135
3.7 A tutela antecipada de evidência em face dos princípios do contraditório, da ampla defesa e da isonomia.....	136
3.8 Da inconstitucionalidade da tutela antecipada de evidência inaudita altera parte.....	141
3.9 Dos efeitos nefastos da busca desenfreada por um procedimento célere.....	145
3.10 Da efetividade da tutela antecipada de evidência no Estado Democrático de Direito .....	149
<b>Considerações finais.....</b>	<b>151</b>
<b>Referências .....</b>	<b>157</b>